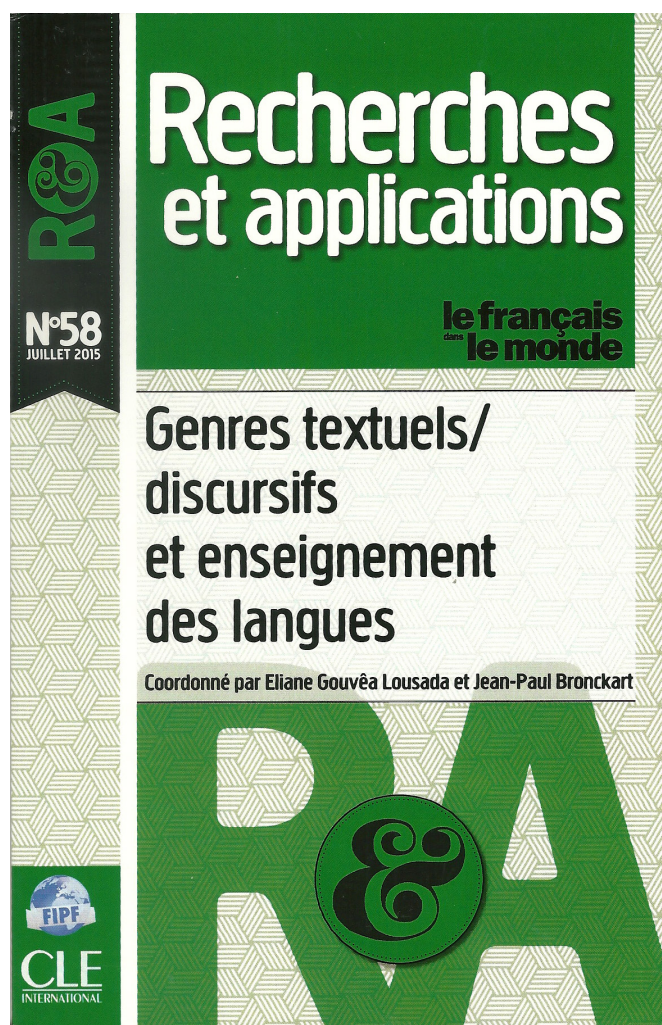


RESENHA

LOUSADA, Eliane Gouvêa e BRONCKART, Jean Paul (Orgs.). *Genres textuels/ discursifs et enseignement des langues. Recherches et Applications*, Le français dans le monde, n° 58. Paris: Clé Internacional, 2015.

*Flavia Fazon**

Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil



* Doutoranda do Programa de Estudos Linguísticos, Literários e Tradutológicos em Francês – FFLCH – USP. Membro do Grupo ALTER-AGE/CNPq – USP e da equipe ERGAPE – Aix-Marseille Université; flaviafazon@gmail.com

A noção de gêneros textuais/discursivos, sobretudo depois dos anos 70, tem ocupado lugar importante nos trabalhos e pesquisas dos campos das ciências da linguagem, ensino e aprendizagem e formação de professores de línguas. Com o objetivo de abrir novas vias de discussão sobre o tema, os organizadores do volume *Genres textuels/discursifs et enseignement des langues* da revista *Recherches et Applications*, Jean Paul Bronckart e Eliane Gouvêa Lousada, reúnem artigos de pesquisadores de várias nacionalidades engajados nos estudos sobre a didática do ensino de línguas, sejam elas estrangeiras (LE) ou de escolarização* (LSco).

Os artigos reunidos dialogam sobre várias questões que envolvem a noção de gêneros discursivos/textuais. Os dois primeiros visam a esclarecer alguns aspectos ligados ao conceito mesmo de “gênero”. Florência Miranda e Antônia Coutinho apresentam uma análise das propriedades diferenciais dos gêneros, analisando primeiramente o funcionamento dos parâmetros e marcadores em textos de diferentes gêneros e em seguida mostrando de que maneira o trabalho sobre essas propriedades pode contribuir para o desenvolvimento da produção textual. Bernard Schneuwly observa mais especificamente como a noção de gênero se manifesta nos escritos com objetivos didáticos e apresenta um histórico sobre os « livros de leitura » na Suíça. A partir da análise de obras de três períodos e suas transformações, questiona sobre a natureza de tais livros e nos interpela sobre a definição de “hipergêneros”.

Os quatro artigos seguintes abordam a questão de quais são os “objetos a ensinar” decorrentes da expressão *gêneros textuais* nos documentos oficiais de ensino. Claudine Garcia Debanc, em um estudo sobre o francês língua de escolarização (FLSco), analisa o espaço que ocupam os critérios sobre as características genéricas e os critérios relativos ao domínio da língua nos programas para ensino e avaliação da produção escrita, recenseando assim os gêneros que aparecem nas atividades de escrita, os indicadores escolhidos e os níveis de análise na avaliação. Em um estudo sobre o ensino da língua materna na educação infantil, Luzia Bueno e Ermelinda Barricelli analisam os materiais didáticos destinados a essas séries a fim de observar o trabalho de letramento aí apresentados. Os resultados discutem sobre a seleção dos gêneros e maneira de apresentação dos textos, e mostram que, apesar de uma grande variedade de gêneros, as diferenças socioculturais dos alunos não são levadas em conta, o que pode dificultar o possível desenvolvimento do letramento das crianças. Nathalie Denizot analisa historicamente a emergência da noção de “gênero argumentativo” nos textos institucionais para o ensino médio

* Neste número os organizadores optaram pela expressão *Língua de escolarização* (LSco) no lugar da expressão *Língua materna*.

referentes ao ensino do FLScO na França. A partir dessa análise a autora caracteriza os gêneros argumentativos literários e questiona sua ligação com os gêneros escolares como a dissertação e o comentário, nos quais a argumentação é ressaltada nos textos oficiais. Em seu artigo, Ecaterina Buela Bronckart apresenta um estudo dos documentos oficiais e materiais didáticos para o ensino do FLScO e do francês como língua estrangeira (FLE) na Suíça, a fim de observar o lugar ocupado pela noção de “gênero textual”, seu estatuto e função didática. Seu estudo mostra que a efetiva exploração do gênero textual ainda é pouco presente nos documentos estudados, o mais comum é a presença de exemplares de gêneros, porém com a exploração do texto, e não do gênero. Outro caso é a presença de fragmentos de textos, podendo o gênero ser denominado ou não. Finalmente, mais presente nos materiais destinados ao FLE, é a centralidade das atividades baseadas nos atos de linguagem.

Em seguida, cinco artigos apresentam estudos e propostas para a exploração didática da noção de gênero, três para o ensino de LE e dois no trabalho com a LScO. Flavia Fazion e Eliane Gouvêa Lousada analisam um projeto de elaboração de materiais didáticos, por professores, centrado na noção de gêneros textuais para o ensino de inglês, espanhol e francês no Brasil. As autoras mostram em seu estudo sobre o material didático de FLE que as unidades se articulam em torno de três objetivos principais: desenvolvimento das capacidades de ação, das capacidades discursivas e das capacidades linguístico-discursivas. As análises apontam ainda as adaptações ao modelo de sequência didática feitas pelos professores e as dificuldades encontradas por eles durante o processo de elaboração. Suélen Maria Rocha, Renata Añez de Oliveira e Priscila Aguiar Melão apresentam os resultados de suas pesquisas que visavam ao estudo do desenvolvimento das capacidades de linguagem para a produção textual em FLE, a partir de sequências didáticas elaboradas para o ensino dos gêneros *faits divers* e *relato de viagem*, em um curso de FLE na Universidade de São Paulo. Como no artigo precedente, mesmo sendo observado o desenvolvimento das produções escritas dos alunos dentro dos parâmetros estudados, os resultados apontam para a necessidade de adaptações ao contexto de ensino e aos objetivos desejados pelo professor. María Igancia Dorronzoro e Estela Klett apresentam um estudo sobre o curso de leitura em língua estrangeira da Universidade de Buenos Aires, que tem a particularidade de conjugar gêneros diferentes para a leitura em língua estrangeira e a escrita em língua materna. As autoras demonstram que o trabalho com os gêneros textuais facilita o ensino da compreensão em LE e da produção em língua materna e provoca um efeito positivo no desenvolvimento das capacidades de linguagem, além de aproximar os estudantes da comunidade acadêmica na qual estão inseridos. Em seu artigo, Catherine

Boré apresenta um estudo comparativo entre as produções escritas de alunos de 7-8 anos franceses e brasileiros, que em duplas, deveriam escrever contos etiológicos. As análises dos textos produzidos mostram quatro tipos de estruturação: textos narrativos com explicação formal, texto narrativo sem fórmula explicativa formal, texto explicativo não narrativo e texto nem narrativo nem explicativo. A comparação entre as produções revela que os textos dos alunos brasileiros são mais longos, em sua maioria narrativos-explicativos e utilizam mais os estados internos e discurso direto dos personagens. De acordo com a autora, essas diferenças se devem ao fato de um acompanhamento mais individualizado aos alunos brasileiros e a utilização da escrita como instrumento de reflexão, o que a leva a afirmar que o ensino de um gênero implica uma análise fina de suas dificuldades específicas e os meios linguísticos de ultrapassá-las. Marie-Hélène Forget e Olivier Dezutter apresentam um estudo sobre as representações dos alunos de 12-14 anos sobre a *produção da justificativa* no Québec. Suas análises identificaram três concepções: a justificativa concebida como ônus da prova, como oportunidade de medir-se a um adversário ou ainda como ocasião de se afirmar. A proposta dos autores parte da premissa de que as representações prévias influenciam na aprendizagem em aula, algumas de maneira mais operacional, porém outras menos pertinentes, portanto há necessidade de conhecê-las e apoiar-se nelas para um desenvolvimento mais substancial do discurso justificativo na aula de FLSco.

Os três últimos artigos tratam da utilização da noção de gênero textual na formação continuada de professores de línguas. Vera Lopes Cristovão apresenta uma experiência realizada com estudantes do curso de Letras-inglês de uma universidade brasileira. A fim de engajar os estudantes em uma Campanha global para a educação, a autora desenvolveu uma abordagem combinando os quadros teóricos do Interacionismo Sociodiscursivo e da Socioretórica, permitindo assim a circulação e consumo de diversos gêneros textuais e a realização de atividades entre diferentes sistemas de gêneros. De acordo com a autora, os estudantes puderam assim desenvolver saberes específicos da profissão bem como agir de maneira pertinente ocupando espaços de participação social. Ana Maria Guimarães e Anderson Carnin apresentam uma pesquisa na qual se desenvolveu um projeto de formação continuada cooperativa de professores de português língua materna. O projeto intitulado Projeto Didático de Gênero (PDG) se caracteriza por ser uma formação continuada que se desenvolve em um grupo formado por professores de língua portuguesa, pesquisadores e estudantes da universidade. As análises apresentadas neste artigo demonstram que a participação em um projeto desse tipo pode se desdobrar em um percurso de construção psicológica e se constituir assim em um instrumento de desenvolvimento profissional para os professores

envolvidos, sobretudo pelo fato de suscitarem reorientações e tomadas de consciência que dão indícios de uma reconfiguração dos saberes. Catherine Tobola Couchepin e Joaquim Dolz analisam o desenvolvimento de uma tabela da avaliação formativa co-construída por um professor de FLSco e seus alunos (9-10 anos) para a produção de textos do gênero “resposta à carta do leitor”. Os autores observam como o professor tenta engajar seus alunos na produção de instrumentos que lhes permitirão redigir e autoavaliar suas produções, bem como o procedimento adotado por ele para avaliar as produções dos alunos.

Em síntese, os trabalhos elencados acima permitem uma ampla discussão do lugar ocupado hoje pela noção de gêneros textuais/discursivos tanto no contexto de ensino e aprendizagem de línguas (estrangeiras e materna) como na formação de professores, revelando-se assim uma obra de grande importância aos pesquisadores da área.

Recebido: 30/08/2015.

Aprovado: 19/09/2015.